

Titulo : Relatório - síntese da 2ª reunião
da comissão nacional de
alfabetização e educação
de jovens e adultos
MEC / SECAD

Autor : Edna Castro

Data : 14/06/2006

(Relatório)

RELATÓRIO-SÍNTESE DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / MEC / SECAD

Edna Castro de Oliveira
(representante dos Fóruns de EJA)

Em 14 de junho de 2006, ocorreu em Fortaleza-CE a 2ª reunião ordinária da CNAEJA, no Maredomus Hotel – Praia de Iracema, das 9h às 19h, antecedendo ao VI Encontro Nacional do MOVA – Brasil. A reunião foi presidida pelo Prof. Timothy Ireland, Diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC).

Participaram deste encontro: Adelaide Laís Parente Brasileiro (Movimentos com experiência em EJA – MOVA); Célio Cunha (UNESCO); Débora Pinto Niquini (CRUB); Edna Castro de Oliveira (Fóruns de EJA); Francisca Bezerra da Silva (Segmento indígena); Heleno Manoel G.de Araújo Filho (CNTE); Isabel Aparecida dos Santos (Segmento étnico-racial); Justina Iva de Araújo Silva (UNDIME). Participaram também da reunião membros da equipe do DEJA, Profa. Margarida Machado, Profa. Cláudia Veloso T.do Amaral, Tancredo Maia e Adriana Pinto Rodrigues.

Timothy abriu a reunião justificando as ausências do Prof. Moacir Gadotti e da representante do CONSED Rosa Maria Chaves da Cunha, substituta do Prof. Neroaldo de Azevedo Pontes, para quem solicitou o registro, em ata, de agradecimentos da SECAD ao trabalho realizado nesta Comissão e na Comissão anterior. Justificou a mudança da data da reunião e a concentração da pauta em um dia, 14/06. A ideia inicial da pauta era continuar nesta reunião a discussão do FUNDEB, a partir da solicitação de um estudo a ser apresentado pela Profa. Maria Clara e pelo Prof. Marcio Maia. Como isto não foi possível na data prevista, optou-se por focalizar a pesquisa de acompanhamento das políticas, apresentando os dados sobre o Programa Brasil Alfabetizado.

Pauta da reunião: a) Sistema Brasil Alfabetizado; b) acompanhamento e monitoramento dos Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola; c) informes sobre: Programas Saberes da Terra e Formar; publicações, Medalha Paulo Freire e Literatura para Todos; d) resolução do CEB/CNE que altera as diretrizes para a EJA; e) documentário “Histórias de um Brasil Alfabetizado: observa impactos da alfabetização na vida das pessoas

Tancredo e Margarida apresentaram o Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), enfatizando o sistema de cadastramento e de monitoramento didático e pedagógico. Foram ressaltados alguns percursos do Programa Brasil Alfabetizado, a partir do lançamento pelo então Ministro Cristóvão Buarque, e a forte indicação de diferentes segmentos/empresas para que o PBA fosse desenvolvido fora do Ministério. “Apesar de todos os problemas, o programa vem sendo mantido dentro do Ministério – acompanhado pelo Ministério – não havendo perigo de perda de governabilidade. O sistema vem se tornando mais seguro ao ser acompanhado pela Internet. Deixa de ser apenas um cadastro, para se configurar, a partir de 2005, como um programa que registra desde o acesso até a formação dos alfabetizadores e os relatórios gerados”. Tancredo enfocou ainda o sistema de cadastramento apontando os passos para o acesso aos dados do Programa: cadastro de entidades, do alfabetizador, da turma, do tradutor de libras, do alfabetizando, do coordenador de turma, do dirigente e situação final. O cadastramento dos contatos (coordenador técnico, coordenador pedagógico) reúne elementos favoráveis ao relacionamento dos diversos níveis de ação do programa. Todas essas informações constituem a base de dados que vão configurar o Mapa do Brasil Alfabetizado. As informações mais gerais podem ser acessadas pelos estados onde o PBA está em funcionamento, sendo que o adentramento nos dados específicos é restrito aos estados e municípios cadastrados no sistema. O endereço para acesso é o portal www.mec.gov.br/secad. Esse portal vem realizando um serviço de utilidade pública para imprimir transparência no acompanhamento do Programa.

Margarida enfocou o Plano Pedagógico do Sistema BA, nos seus aspectos pedagógicos e didáticos. Destacou a oportunidade de se “ter no sistema uma ferramenta de controle da gestão pública, no sentido de chegar a expandir esses dados a todo o sistema público da EJA, principalmente no que se refere ao trato dos seus dados estatísticos não confiáveis. O SBA opera não apenas com os dados dos sujeitos e de entidades parceiras. O Plano pedagógico como instrumento de formação observa os dados da Resolução nº 22 do FNDE, de 22 de abril de 2006, buscando subsidiar os parceiros na compreensão do seu conteúdo nos vários campos. O Plano Pedagógico apresenta a oportunidade de dialogar com os parceiros, para tomar conhecimento da intenção, do que “pari passum” foi assumido, ajudando-os a compreender o que significa a proposta de Resolução, evitando-se uma parceria de faz de conta ou uma falsa intencionalidade. Pretende-se com o Plano pedagógico criar uma ilha de apoio pedagógico para atendimento das questões técnicas e pedagógicas do Programa”. Vários aspectos estão envolvidos na ação do Plano pedagógico: diagnóstico e

justificativa, perfil profissional, estratégia de alfabetização articulada com a continuidade na EJA, articulação e integração com iniciativas e projetos vinculados ao mundo do trabalho, metodologias específicas, observando-se que o programa não tem uma metodologia única. O Plano Pedagógico observa ainda campos a serem cruzados com os cadastros: segmento social específico e atendimento com metodologia específica (jovens de 15 a 29 anos, populações indígenas bilíngues, população do campo – agricultores familiares, assalariados e trabalhadores, remanescentes de quilombos, pescadores artesanais e trabalhadores de pesca, pessoas com necessidades educacionais especiais e população carcerária. O público específico tem alteração na remuneração do alfabetizador. Outros campos a serem cruzados envolvem: fundamentação, concepções de alfabetização, estratégias e materiais didáticos, avaliação, planejamento da formação inicial e continuada e estratégias de acompanhamento. Margarida ressalta ao final que, a partir de 2006, as ONGs e Universidades passam a participar do Programa. O sonho é que o sistema possa gerar informações pedagógicas para os sujeitos.

Intervenções dos membros da Comissão: **Adelaide** levantou a necessidade de monitoramento em relação às ONGs no Estado do Pará, uma vez que são essas que têm assumido praticamente o atendimento do Programa. **Célio Cunha** parabenizou o DEJA pelo trabalho realizado na construção do SBA. Considera que o objetivo do Departamento, no sentido mais amplo, é o de erradicar o analfabetismo. Nessa concepção, o sistema é muito importante. Como o trabalho está ainda no começo, questiona a equipe sobre os procedimentos a serem tomados para alimentar o Sistema e levanta questões: quais as possibilidades de que outras iniciativas não cadastradas no Sistema possam ser atendidas? Como a equipe do DEJA está avaliando o papel dos atores dentro desse sistema, considerando que o Brasil como um estado federativo tem que contar com um sistema nacional? **Heleno** também parabenizou o trabalho realizado pela equipe do DEJA buscando entender, no caso das ações desenvolvidas pela CNTE, o apoio recebido da Petrobrás. Preocupa-se também com as iniciativas não cadastradas, e entende que o cadastro deve apontar a possibilidade de envolver os dados nacionais.

Na interlocução, **Tancredo e Margarida** destacaram que a idéia de se fazer a pesquisa no MEC é sofrida, pelo comprometimento que as mudanças promovem. A perspectiva é que se faça um trabalho integrado com o INEP, conjugando o sistema BA com os demais sistemas de avaliação e com os demais programas que já existem como: Pronera, Projovem, Projea. O Deja enfrenta um dos maiores desafios – o problema do analfabetismo – num contexto de eleição presidencial e seu papel é o de apresentar um documento de política pública para o próximo governo. Que o PBA seja incluído nos programas de EJA nos Estados e municípios, mantendo um tipo híbrido. O Programa tem uma identidade pública, e seu reconhecimento é fundamental para o futuro do país – um país alfabetizado como um país de leitores. A estrutura que esse Programa exige deve ser assumida pelo MEC, tem que ter uma prioridade dentro do governo. A estrutura requerida é cada vez mais exigida, vamos precisar do apoio dos Fóruns e a comissão como um dos parceiros pode nos ajudar. A Undime e o CONSED são os principais parceiros que recebem as demandas geradas pelo Programa e podem acompanhar o que acontece na ponta. Para **Célio Cunha** a manutenção do sistema dentro do MEC tem sido um risco, no sentido de que tem disputado os espaços com o sistema de informática para possibilitar o atendimento das demandas no mapeamento dos dados. Além do que o MEC financia, a manutenção do programa envolve a capacidade do sistema de captar informações. **Justina** parabenizou a equipe pelo trabalho realizado, pela autonomia na sua construção e pela coragem em se dispor e fazer os PTAs de todas as Ongs. Parabenizou também a equipe por não vincular a adesão dos municípios à adesão do Estado, uma vez que o município tem uma personalidade jurídica. Mostrou a sua preocupação em relação a algumas Ongs, no sentido de que importa levantar informações sobre quais ONGs têm compromisso com o trabalho que realizam, uma vez que envolve o repasse de ente público para entidade privada. A UNDIME tem ação em todos os municípios. As ONGs poderiam ser apoiadas e contribuir se houvesse articulação – diálogo evitando assim o problema de disputa de alunos. **Edna** ressaltou como inédito o trabalho realizado pelo DEJA, através do SBA, no sentido de assegurar para a EJA a possibilidade de contar com dados estatísticos mais fidedignos. Pediu esclarecimentos sobre o que foi feito com os dados da pesquisa de Avaliação Diagnóstica do Brasil Alfabetizado e do Mapeamento das ações de EJA por indução da SECAD, em 2005. **Timothy** apontou a importância de se considerar o SBA como fonte de utilização dos dados pelas Universidades para a pesquisa. Ressalta que o papel das universidades através do CRUB não tem sido assumido plenamente com a formação, tendo em vista o número ainda bastante restrito de Universidades que oferecem habilitação em EJA, o que coloca a questão ética em todas as dimensões. Por outro lado, cada vez mais tem sido ampliado o diálogo entre as ONGs, ALFASOL, ALFALITE, MEB e CUT, como principais parceiros. Quanto à avaliação diagnóstica dos Programas BA e Fazendo Escola informou que estão previstos para revisão e publicação. **Edna** lembrou que a tarefa de formação inicial de educadores através das habilitações nos cursos de

pedagogia passa a ser repensada com as Diretrizes Curriculares Nacionais. **Débora**, como membro do CRUB, respondendo à provocação do Timothy informou sobre as ações de Extensão de sua Universidade (UCG) com alfabetização de jovens e adultos, e com a formação de educadores sociais. A proposta de formação de educadores sociais encaminhada ao MEC não obteve financiamento.

Informes Gerais:

VI CONFINTEA em 2009. O Brasil se candidatou para sediar o encontro e como deve ser candidato único, há possibilidade de que venha a sediar a VI Conferência.

Programa de Educação Prisional – vem sendo desenvolvido em articulação com a Secretaria de Justiça, Secretaria de Educação e o pessoal de base – educadores e agentes. A articulação entre educadores e agentes está sendo quase impossível. Várias reuniões e seminários regionais têm sido feitos. O Seminário Nacional em Brasília de 12 a 14 de julho prevê a apresentação de Diretrizes para o Sistema Prisional, a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Educação.

Oficina com os países de língua portuguesa – Ásia e África – 15 a 17 de agosto. Em função de demandas bilaterais, surge a necessidade de uma oficina que discuta diretrizes mais gerais, que coloque os países de língua portuguesa em diálogo. Em 18/09, estão previstas visitas a algumas experiências.

Plano Ibero-Americano de Alfabetização – o documento elaborado na Venezuela vem sendo utilizado para traçar um plano de alfabetização e educação básica. É um plano com duração prevista para 2008 a 2015, e tem como idéia atingir as metas de Dakar dentro do Plano global da década das Nações Unidas para a Alfabetização.

ENCCEJA – Edna compartilhou com os membros da Comissão os desencadeamentos da discussão do ENCCEJA gerados a partir da reunião anterior: a audiência pública dos Fóruns com o Ministro da Educação realizada no dia 03 de maio, oportunidade em que foi entregue um documento propositivo, reafirmando argumentos do Movimento contrários ao ENCCEJA pela forma como vem sendo conduzido o processo. Dentre as proposições, destacou o pedido de cancelamento do exame, ressaltando o argumento de que cabe aos estados a responsabilidade pela oferta e, ao INEP, a função de atuar na formação e qualificação dos técnicos em nível local, quando solicitado. Em relação ao ENCCEJA, Heleno informou que ao ler a ata da reunião anterior, observou que não constavam no texto as considerações que ele e Edna haviam feito sobre o Exame.

VIII ENEJA – Célio Cunha indagou sobre notícias da organização do ENEJA 2006. Ao que não tínhamos informações atualizadas do andamento das articulações pela equipe do Fórum de Pernambuco. Célio informou sobre a proposta da UNESCO/ORLEAC de uma reunião prevista para o Brasil, paralela ao ENEJA, com países com maior índice de analfabetismo.

Programa Brasil Alfabetizado – Tancredo apresentou alguns dados do Programa em 2006, destacando que, dos 5560 municípios, a SECAD recebeu 823 declarações de compromisso para atendimento do BA. Dos 27 estados, só não receberam declarações do ES, PA, RO e SP. Observando-se a meta de 1 milhão e 350 mil alfabetizando, as inscrições já haviam se encerrado na semana anterior, para dar acesso ao Plano Pedagógico. Para as ONGs, este ano a forma de entrada difere da do ano passado. Elas entrarão pelo Plano Pedagógico, sendo que o prazo, para este segmento, não havia ainda sido definido.

Intervenções: **Adelaide** chamou a atenção para a importância de articular a proposta do BA com a proposta da EJA. O Programa tem que acompanhar o cronograma da matrícula da EJA para que os alunos não sejam desmotivados. **Justina** questionou a insuficiência de recursos para atender as metas previstas. Segundo ela a disposição dos que vão regulamentar o FUNDEB é deixar a per capita da EJA, num nível baixo. “O que está acontecendo é que estamos há dois anos trabalhando com uma per capita menor da EJA. Como podemos defender uma per capita maior. Chamo a atenção da Comissão para o fato de que estamos trabalhando a cada ano com per capita cada vez menor. Os recursos estão cada vez mais diminuindo e as demandas aumentando. A Resolução do BA, está fazendo com que a per capita caia”. O processo de contingenciamento dos recursos do MEC afeta diretamente o alcance das metas do Programa. O “Fazendo escola” foi negociado com a UNDIME e o CONSED permitindo estabelecer uma per capita única de R\$ 250,00 para todo o sistema. Essa foi uma saída que o governo encontrou para não atender pelo IDH, uma vez que era impossível atender a todos os municípios, 3 milhões e 327 mil alunos. Em 2006, nenhum município mesmo com disparidade recebeu menos que o ano passado. **Adelaide** colocou a necessidade de a Comissão se perguntar, e não a SECAD, sobre como vamos mobilizar, o que fazer. Heleno encaminha que se busque o contato com o Comitê da educação básica, antes da discussão do ante-projeto de regulamentação do FUNDEB. **Célio Cunha** encaminhou para o ENEJA, incluir na programação, a participação de representantes dos candidatos à

presidência para dizer o que vão fazer com a EJA. A palavra é mobilizar e comprometer os dirigentes com essa pauta. **Timothy** levantou a necessidade de colocar na mídia artigos sobre a alfabetização, na imprensa nacional e internacional. **Justina**, considerando a possibilidade de que a lei do FUNDEB seja votada e regulamentada ainda este ano, faz o seguinte encaminhamento: que a programação do VIII ENEJA contemple, na Mesa de Políticas Públicas, a participação do Presidente da Comissão de Educação da Câmara e do Senado.

Na programação da tarde teve destaque a apresentação do Monitoramento dos Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. Timothy explicitou que, apesar das parcerias com o IPEA e o CEALE para a realização da avaliação cognitiva, a SECAD entende que não pode deixar de cumprir seu papel de monitoramento, apesar dos trabalhos dos parceiros, buscando assim operar com o monitoramento dos Programas conjuntamente.

Margarida e Tancredo apresentam os seguintes dados de pesquisa oriundos dos parceiros visitados – estados e municípios em que os Programas estão em execução. Não é uma pesquisa amostral. O critério de escolha foi o de identificação de alguns municípios que pudessem ajudar a acompanhar a gestão dos Programas. A resolução de 2005 já indicava a importância de se fazer a articulação entre as ações. A seleção nos estados e Municípios utilizou o critério de recorte de turmas que estavam em funcionamento nos municípios em 2005 e não nas ONGs. Dos 369 municípios, que observavam os critérios definidos pela pesquisa, foram “pré-selecionados 23 municípios de 12 estados”. A Comissão pôde apreciar várias lâminas dos questionários de avaliação e monitoramento em que se evidenciou: uma menor frequência das SEDUCs na articulação entre o Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, bem como em relação as condições de infra-estrutura e pessoal técnico nas respectivas secretarias; a dificuldade para os alfabetizandos com deficiência visual, o que ressalta a demanda de inclusão dos Programas como políticas públicas a serem desenvolvidas de forma intersetorial. A entrada dos alunos da EJA nas redes e a busca de integração com o PBA colocam a necessidade de se repensar os Programas.

Adelaide questiona o fato de que a EJA ainda está organizada em etapas, de forma supletiva, e há dificuldades para que ela se organize numa outra lógica. **Justina** considerou que esta não é apenas uma questão da lógica de organização da EJA. “Há determinadas questões que não são apenas de boa vontade”. Recomendou que a SECAD possa chegar, já no mês de dezembro, com a minuta da resolução, para que se tenha condições de começar a atuar em maio. Com relação à integração entre os Programas, **Timothy** trouxe o exemplo da criação da rede comunitária, pela rede do Piauí. “Onde há uma sala de aula de alfabetização, se torna uma sala de aula de EJA, o que permite pensar a flexibilidade necessária para atender os interesses dos alunos”. Ter os dois programas lado a lado e a flexibilidade para atender as necessidades dos sujeitos e o sistema. Esse momento exige da SECAD passos mais avançados. Há a necessidade de se estabelecer o diálogo no interior do próprio sistema. Temos, às vezes, colocado a necessidade do sistema em primeiro lugar. As turmas de EJA não podem pretender ser homogêneas uma vez que os saberes diferenciados caracterizam a EJA. Célio Cunha observa os aspectos administrativo e pedagógico dos Programas lembrando que atentar para o público da EJA remete à idade e às formas de atendimento.

Margarida ressaltou o teor de questionários em que dialogam os coordenadores do Fazendo Escola, e o Coordenador de EJA do Município sobre atividades de integração. Alguns dados se destacam: a resistência que os alunos têm de ir para a EJA, o índice de continuidade na EJA considerado irrisório, queixas de que o próprio programa não deixa fazer a matrícula, maior motivação para terminar o curso de alfabetização, do que para procurar as salas de alfabetização. A avaliação cognitiva dos alunos do BA mostra que os alunos da EJA que terminam o BA vão para o segmento do ensino fundamental. Esse dado reitera a necessidade das Universidades se envolverem com a pesquisa na EJA, lembrando que Programas como ProJovem, Pronera têm que ter os dados disponibilizados. **Edna** retomou o problema recorrente nos programas de EJA que é a dificuldade dos alunos com deficiência visual, o que reforça a necessidade de que esta questão seja incorporada como demanda de política pública na EJA. **Heleno** trouxe a questão da continuidade o que implica articular a infra-estrutura e os tempos com outras práticas. Timothy, respondendo à consideração do problema de vista, informa que o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde estarão atuando no sentido de responderem propositivamente, ficando o Ministério da Saúde responsável pelo encaminhamento do atendimento.

Monitoramento do Programa Fazendo Escola – o cadastramento foi disponibilizado pelo sistema, no endereço www.mec.gov.br/monieja, tendo como limite o dia 17 de julho.

Outros Informes –

Timothy esclareceu sobre a atual composição da Comissão, principalmente em relação à participação do segmento Movimentos com Experiência em EJA – MOVA Brasil, que assumiu nesta Comissão a titularidade em substituição a Raaab.

Publicações da SECAD/MEC foram destacadas : Cartilha – sobre registro civil, encaminhada para o alfabetizador para orientação dos alfabetizandos. Cartilha sobre o trabalho escravo para os Estados onde esta questão é preocupante. Outros materiais vêm sendo desenvolvidos com uma ONG Escola de Gente, e busca informar os alfabetizadores sobre a inclusão e envolvê-los na busca das pessoas para a alfabetização. Cláudia Veloso informa sobre a distribuição de material para a formação do professor – a coleção “Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos” produzida por Vera Barreto, em parceria com a SECAD/MEC, a ser encaminhada para todas as secretarias municipais e estaduais de educação. Busca-se com esse material oferecer subsídios para o professor, ajudando-o no trato da especificidade de seus alunos. Prevê-se a distribuição de 240 mil volumes e 100 mil e 100 CDs. **Célio** parabenizou mais uma vez a equipe. Sugeriu a coleta de informações sobre a receptividade do material por parte dos grupos alcançados. **Cláudia** informou que o material já está divulgado pela mídia e que os municípios já estão se pronunciando. Os Fóruns também vão receber uma coleção. **Justina** parabenizou também a iniciativa e ressaltou a avaliação externa que indica a baixa qualidade da formação dos professores da EJA. A Universidade não forma o professor de EJA. Sugere que seja ofertado curso de especialização em EJA, se possível a distância. **Adelaide**, considerando a importância do material alega a falta de bibliotecas para uso dos educadores nos estados e municípios. Trabalhando com questões raciais, eles têm produzido materiais na área para afrodescendentes. **Margarida** lembrou o acervo da Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação e apela à Comissão para que cada segmento possa levantar o acervo dos materiais produzidos na EJA, pelos estados e municípios, no sentido de torná-lo acessível ao domínio público.

Informações sobre novas publicações foram trazidas por Timothy que ressaltou uma série de livros planejados para publicação pela Coleção “Educação para Todos”, a serem lançados no ENEJA. Outra publicação a ser viabilizada é a produção de Osmar Fávero e Leôncio Soares sobre o Congresso de Educação de Adultos de 1963, que prioriza a seleção de documentos históricos. Educação e direitos humanos, Coletânea – experiências bem sucedidas de alfabetização em países africanos, dentre outras propostas. A expectativa da SECAD/MEC é que se possa chegar, até o final do ano, com 14 publicações da coleção.

Programa Saberes da Terra - é um programa interministerial voltado para a agricultura familiar em 12 estados, e vem atendendo a 5000 alunos. Busca expandir o atendimento da proposta da pedagogia da alternância. Emerge pela dificuldade de se fazer uma política integrada – das Secretarias de Educação, Secretarias de Trabalho e Emprego, da **Área de Desenvolvimento Agrário** e, ao mesmo tempo, garantir o espaço do movimento social do campo na organização. Nos 12 estados onde o programa está acontecendo, o DEJA busca a ajuda dos Fóruns para fazer a articulação, e acompanhar o programa. O edital do ano passado contemplou os estados e municípios, via UNDIME. As secretarias estaduais e os movimentos de educação do campo articulam-se em alguns espaços, em outros não. Muitos parceiros envolvidos no Programa são Universidades vinculadas ao Programa. Outro Programa do Governo Federal – o “**Formar**” vem sendo desenvolvido desde 1999. Surgiu no antigo MARE e atualmente a coordenação foi assumida pelo MEC. O Programa vem atendendo 1000 alunos e tem uma proposta pedagógica voltada para a escolarização de servidores. A idéia é que se possa expandir para os estados para escolarização e certificação dos servidores.

O **almanaque Aluá** foi também destacado pela sua distribuição, em processo, em todos os estados e pela realização das oficinas, para as quais foi solicitado o apoio dos membros da Comissão.

O Programa de formação de professores **Pro-Formação** está habilitando 5000 professores, sendo que os últimos módulos específicos para a EJA estão sendo elaborados pela Profa. Vera Barreto. A O material da **Unitrabalho** voltado para o 2º segmento está organizado em 27 cadernos temáticos e tem envolvido a participação de especialistas das universidades na sua elaboração. Segundo Cláudia Veloso, as oficinas realizadas com vários segmentos (inclusive os fóruns), e as sugestões propostas foram agregadas ao material. Seguem-se oficinas com os professores nas regiões e mais um seminário em Brasília. Espera-se que até setembro o material seja finalizado para distribuição aos municípios.

Um ponto que toca diretamente a mobilização dos Fóruns é a questão do Parecer CNE/CEB 36/2004 que **propõe a reformulação da resolução CNE/CEB 1/2000 e Parecer 11/2000**. Timothy fez um relato do processo de tramitação da proposta de reformulação que foi encaminhada à SECAD em dezembro de 2004, para análise, emissão de parecer e homologação.

Margarida referiu-se às mudanças na resolução e nas Diretrizes de EJA, lembrando o processo de escuta feito pelo relator Jamil Cury, através das audiências públicas. Segundo ela, o parecer 36/2004 é uma tentativa de resposta em relação à educação a distância – sem qualidade, certificando a EJA. No diálogo com a Câmara de Educação Básica é difícil, a partir da crítica da educação a distância, fazer interferência na educação presencial. Isto é algo impertinente, a ser tratado com muito cuidado. Ela observou ainda que o texto do projeto de resolução não enfatiza o motivo que gerou o parecer, ou seja, a EAD. Trouxe algumas preocupações como: recuperar a EAD na EJA, não simplificar a EAD à questão da idade e à duração dos cursos a distância. Lembra que o Congresso Nacional está chamando a revisão do PNE e da LDB. Temos na EJA a possibilidade de rever os artigos 37 e 38 que não contemplaram o que já tínhamos como referência – a EJA como educação de trabalhadores. Assim, se vamos rever a questão da idade, temos que aproveitar para rever os artigos 37 e 38 da LDB. Ainda segundo ela, para o Prof. Arthur o setor privatista não tem nenhum interesse de regulação sobre a questão da idade e carga horária mínima com relação à oferta de EJA.

Intervenções da Comissão. Para **Célio Cunha** esta é uma matéria complexa. Em face do ano político questiona se estamos dispostos a encarar o problema por vários anos. Sugeriu que o MEC devolva o assunto ao CNE que poderia propor audiências públicas incluindo os atores principais: os Fóruns, a SECAD e próprio CNE, envolvendo Maria Beatriz como relatora, membros da CNAEJA, num debate mais seletivo para ganhar tempo.

Adelaide afirmou que não podemos em nome do momento político deixar o nosso compromisso cair por terra. A luta pela EJA de qualidade, presencial, é parte da luta dos educadores para que os alunos possam ler o mundo com mais clareza. A luta com os privatistas é histórica, eles continuarão defendendo a educação como mercadoria. Alerta para o cuidado que se deve ter de ofertar a EJA apenas à noite, e insiste em que esta é a hora de dizer não e de continuar lutando. Chama a atenção da Comissão para o compromisso que temos em defender a EJA presencial, com o respeito à qualidade. **Débora** mencionou a experiência de educação a distância que vem sendo realizada pela Universidade Católica de Brasília e a forma como o aluno vem sendo acompanhado. Há que se verificar que tipo de educação de jovens e adultos tem que ser feita

Helena abordou sobre a melhor forma de se trabalhar a questão da idade mínima, através de resolução, é buscar a fazer a escuta dos vários segmentos. Ouvir os atores centrais e buscar consenso, definir estratégias para não alongar muito as decisões, aproximar os Conselhos estaduais e municipais de educação. **Justina** apontou a complexidade da discussão e destaca sua experiência como professora radiofônica que alfabetizou a distância, ressaltando as condições de que dispunha para realizar o trabalho. Sugeriu que a regulação seja remetida aos Estados, lembrando ainda que a certificação autorizada pela hierarquia das normas está acima das resoluções. Propõe a não homologação e encaminhamento ao Conselho como a melhor forma tratar a questão sem criar melindres. **Edna** lembrou o que aconteceu no Espírito Santo quanto ao uso da redução da idade mínima para os Exames provocando afluência de pessoas de outros estados, o que fez com que o Espírito Santo se tornasse conhecido como o paraíso dos exames. Destaca como questão preocupante a ação do judiciário na concessão de liminares favoráveis a adolescentes menores de 15 anos. **Isabel** relacionou a discussão da idade mínima na EJA ao rebaixamento da idade penal com base no estatuto da criança e do adolescente. Ressalta a importância e o papel dos Fóruns como grandes parceiros nessa discussão. Sugere que dessa reunião possa sair encaminhamento de produção de documentos que abordem as questões em foco: Idade mínima e educação de jovens e adultos a distância.

Ao final alguns informes temáticos voltam a ser destacados: **A portaria da Medalha Paulo Freire** e a mobilização para que os Fóruns encaminhassem suas experiências para serem avaliadas e selecionadas pela Comissão (CONSED, SECAD, Fóruns, ONGs), com vistas à premiação no VIII ENEJA. Esse encaminhamento foi feito por nós **na rede fóruns**, logo após a reunião, tendo em vista a urgência dos prazos já prorrogados. O que foi respondido a tempo pelos Fóruns que inscreveram suas experiências. Os resultados do **Concurso Literatura Para Todos** foram anunciados. Uma comissão formada por escritores e profissionais da EJA selecionou 8 obras, a partir de obras representativas de todos os estados. 5 obras (cinco) de brasileiros residentes no exterior, 2 (duas) para menção honrosa e 1 em que as autoras tematizam o “Para que e por quê ensinar literatura para quem carrega saco nas costas?”

Encaminhamentos : a) que a comissão incentive nos seus segmentos o levantamento de materiais a serem enviados para a SECAD para o acervo do DEJA; b) que a SECAD encaminhasse à Comissão Organizadora do VIII ENEJA documento sobre a importância da organização das temáticas do evento, para se avançar em relação ao VII ENEJA. Conforme observou Justina, a partir da avaliação do seu Estado – houve muita troca de experiência e pouca discussão política no VII ENEJA; c) elaboração de documentos para subsidiar a discussão das questões da idade mínima e da educação a distância.

Palavras finais de Francisca demarcando, por seu segmento, a maneira diferente de pensar a educação e ressaltando seus receios em relação aos programas de educação infantil, ensino fundamental e EJA. Apresenta concordância com esses programas apenas se eles atendem às especificidades do segmento indígena. Encerrando os trabalhos, tivemos a oportunidade de assistir **“histórias de um Brasil Alfabetizado**, vídeo que busca mostrar de forma contundente os impactos do Programa na vida das pessoas que dele participam, em várias regiões do país, e não os seus aspectos didáticos e pedagógicos”.